



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU MINAS GERAIS



LEI N.º 4.005, DE 7 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre a implementação de políticas públicas para a prática de equoterapia, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de ampliar o acesso a este tratamento terapêutico, incluindo novos públicos beneficiados e autoriza o repasse de verbas públicas para a viabilização desse atendimento, e dá outras providências.

O Povo do Município de Paracatu - Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, no uso da atribuição legal que me confere o artigo 86, IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a oferta de tratamento terapêutico com a prática de equoterapia a crianças, adolescentes e adultos com deficiências, necessidades especiais, Transtorno do Espectro Autista (TEA), lesões neuromotoras de origem encefálica ou medular, patologias ortopédicas congênitas ou adquiridas, disfunções sensorio-motoras, distúrbios evolutivos, comportamentais, de aprendizagem e emocionais, conforme as diretrizes previstas para o atendimento de pacientes com essas condições e nos termos da Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019.

Art. 2º. O tratamento de equoterapia será ofertado por instituições de assistência social, à saúde e terapias que possuam capacidade técnica para prestar o serviço, podendo estas ser públicas, privadas ou associações sem fins lucrativos, observando-se a adequação técnica e a capacitação dos profissionais envolvidos.

Parágrafo único. As instituições privadas deverão possuir credenciamento junto à Associação Nacional de Equoterapia (ANDE) para serem habilitadas ao recebimento de recursos públicos para a prestação do serviço.

Art. 3º. Para viabilizar a implementação deste programa, o Poder Executivo fica autorizado a repassar recursos financeiros para as instituições que comprovarem a capacidade técnica e estrutural para a oferta de serviços de equoterapia, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e com os critérios estabelecidos pela Lei nº 13.019/2014.

§ 1º. Os repasses serão realizados com base no número de pacientes atendidos, na qualidade dos serviços prestados e nas necessidades comprovadas de cada instituição, de acordo com o planejamento e as metas anuais estabelecidas.

§ 2º. O repasse de verbas será condicionado ao cumprimento das normas de qualidade e segurança exigidas pelo SUS para a realização do tratamento, incluindo padrões específicos de treinamento e segurança no manejo dos cavalos e no atendimento aos pacientes, como o uso de equipamentos de proteção adequados (capacetes, coletes de segurança) e protocolos para o controle dos cavalos durante o atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU MINAS GERAIS



Art. 4º. Para fins de um serviço abrangente, serão ofertados os quatro programas básicos de equoterapia, sendo eles: Hipoterapia, Educação/Reeducação, Pré-Esportivo e Prática Esportiva Paraequestre, seguindo a especificação e indicação terapêutica de cada um, com base no perfil e na necessidade individual de cada paciente, conforme avaliação médica e parecer técnico de profissional habilitado.

Art. 5º. O Poder Executivo deverá estabelecer os critérios de avaliação e monitoramento dos serviços de equoterapia prestados pelas instituições, com o objetivo de assegurar a qualidade do atendimento e a efetividade do tratamento.

Art. 6º. O Município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, deverá desenvolver e implementar políticas públicas de conscientização e educação sobre os benefícios da equoterapia, garantindo a ampla divulgação do serviço oferecido à população beneficiada.

Art. 7º. As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento anual.

Parágrafo único. Os valores de que se trata este artigo podem ser provenientes não somente da Secretaria Municipal de Saúde, mas também das Secretarias Municipais de Educação e Tecnologia, de Esporte e ainda de Meio Ambiente.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 7 de agosto de 2025,
aos 226 anos de sua emancipação e aos 202 anos da Independência do Brasil.

IGOR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL
DE PARACATU**

Publicado através de afixação
nos quadros de avisos da câmara
ou da Prefeitura em
04/08/25
conforme o art. 105 da LOMP
redação dada pela Emenda nº
28/2000.

Marcelo Evangelista
Servidor Responsável

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU
Publicado através da afixação nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, em	
<u>07/08/2025</u>	
<u>[Assinatura]</u>	
SERVIDOR RESPONSÁVEL	



**CÂMARA MUNICIPAL
DE PARACATU**

Ato Oficial e publicado
no portal sapl.paracatu.mg.leg.br

Paracatu (MG) 08/08/25

Julia Gabriele
SERVIDOR RESPONSÁVEL